

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 82/1997 de 10 de Abril

Considerando que através da Resolução na 204/96, de 5 de Setembro, rectificada pela Declaração n.º 26/96, de 19 de Setembro o Conselho do Governo autorizou o lançamento de um concurso público, por série de preços, para a arrematação da empreitada de protecção da estrada regional da Ribeira Quente na ilha de São Miguel;

Considerando que a adjudicação da referida empreitada seria efectuada à proposta mais vantajosa, atendendo-se para tal, ao critério de verificação da aptidão dos concorrentes por mérito absoluto, mais concretamente a sua capacidade económica, financeira e técnica, e ao critério de avaliação das propostas por mérito relativo, atendendo por ordem decrescente de importância as condições mais vantajosas de preço e capacidade técnica e financeira;

Considerando o relatório de avaliação de propostas, no qual, e após a apreciação feita às propostas recebidas de acordo com os critérios de avaliação dos concorrentes por mérito absoluto e por mérito relativo, se conclui considerar como sendo a proposta mais vantajosa a apresentada pelo concorrente n.º 20 Consórcio ETERMAR, Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, SA e Marques, Lda.

Assim, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea h) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 102.º do Decreto-Lei n.º 405/93, de 10 de Dezembro e em execução do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/96/ /A de 12 de Abril, o Governo resolve:

- 1 - Autorizar a adjudicação ao Consórcio ETERMAR, Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, SA e Marques, Lda. da empreitada de protecção da estrada Marginal da Ribeira Quente na ilha de São Miguel, por série de preços, e pela quantia de 172 595 477\$, acrescidos do IVA à taxa de 12% e pelo prazo de execução de oito meses;
- 2 - Aprovar a minuta do contrato e autorizar a respectiva celebração;
- 3 - Delegar no Director Regional de Obras Públicas, Eng.º Duarte Manuel Melo Amorim da Cunha os poderes necessários, para, em nome e representação da Região Autónoma dos Açores, outorgar no referido contrato.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 25 de Março de 1997.- O Presidente do Governo, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.

Minuta de contrato

Contrato n.º /97, para adjudicação da empreitada de "Protecção da Avenida Marginal da Ribeira Quente, na ilha de São Miguel".

Aos dias do mês de de mil novecentos e noventa e sete, nesta cidade de Ponta Delgada e na Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, perante mim, Lurdes da Conceição de Sá Quental de Meio Lindo, exercendo as funções de Notária Privativa desta Secretaria Regional, conforme poderes que me foram conferidos ao abrigo do disposto no Decreto Regulamentar Regional número vinte e nove barra oitenta e nove barra A, de vinte de Setembro, por despacho conjunto dos Secretários Regionais das Finanças, Planeamento e Administração Pública e da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações datado de quinze de Novembro de mil novecentos e noventa e seis, compareceram os seguintes outorgantes.

1.º: Duarte Manuel Melo Amorim da Cunha, casado, natural da Fajã de Baixo e residente na Rua Doutor Armando Cortes Rodrigues, número trinta e um, freguesia de São Pedro, concelho de Ponta Delgada, titular do bilhete de identidade número um milhão, noventa e sete mil trezentos e quarenta e nove, emitido pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa, em onze de Janeiro de mil novecentos e noventa e três, exercendo as funções de Director Regional de Obras Públicas, em nome e representação da adjudicante, Região Autónoma dos Açores, pessoa colectiva com o número seiscentos e setenta e dois milhões, quinhentos e trinta e nove, conforme poderes que lhe foram conferidos pela Resolução número barra noventa e sete97). de de

2.º: Hélder Alberto Martins Fialho, casado, natural da freguesia da Matriz - Horta, residente na Estrada Regional, número trinta e sete-B, freguesia da Relva, concelho de Ponta Delgada, titular do

Bilhete de Identidade número sete milhões setecentos e três mil cento e oitenta e nove, emitido pelo Serviço de Identificação Civil de Ponta Delgada em cinco de Abril de mil novecentos e noventa e quatro, e _____ casado, natural da freguesia da _____ do concelho da _____ residente na Rua do _____ freguesia e concelho, portador do bilhete de identidade número _____ milhões, mil, emitido pelo Serviço de Identificação Civil de Lisboa, em vinte e nove de _____ de mil novecentos e noventa e _____, os quais outorgam em representação do Consórcio, sob a forma de consórcio externo, conforme contrato de consórcio celebrada entre as empresas adjudicatárias em _____ de _____ de _____ mil novecentos e noventa e _____, Marques, Limitada, com sede na Canada das Murtas, número vinte e três, na cidade de Ponta Delgada, possuidora do cartão de identificação de pessoa colectiva número quinhentos e doze milhões, Cinco mil, setecentos e sessenta e um, e ETERMAR, Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, Sociedade Anónima, com sede na Estrada da Graça, em Setúbal, possuidora do cartão de identificação de pessoa colectiva número quinhentos milhões cento e um mil quinhentos e trinta e um, na qualidade de procurador e _____ com poderes bastantes para a realização deste acto, o que verifiquei respectivamente por procuração data de _____ de _____ de _____ mil novecentos e _____ e de _____ mil novecentos e noventa e sete, que me foram presentes e arquivo.

Verifiquei a identidade do primeiro outorgante por conhecimento pessoal, e a do segundo pelos documentos de identificação apresentados.

Disse o primeiro outorgante que, pela sua representada, Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, adjudica à representada pelo segundo outorgante, após realização de concurso público realizado de acordo com a Resolução número duzentos e quatro barra noventa e seis (204/96), de cinco de Setembro. a empreitada de protecção da Avenida Marginal da Ribeira Quente na ilha de São Miguel, nas cláusulas e condições seguintes:

1.^a: A empreitada tem por objecto a realização dos trabalhos definidos, quanto à sua espécie. quantidade e condições técnicas de execução, na Proposta apresentada, no Projecto e no Caderno de Encargos, conforme o disposto no tem dois ponto um (2.1) das Cláusulas Jurídicas e Administrativas Gerais do Caderno de Encargos, que aqui se dá por _____ integralmente reproduzido para os devidos efeitos legais.

2.^a: O valor da adjudicação é de (172 595 477\$) cento e setenta e dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete escudos, que acrescido do Imposto Sobre o valor acrescentado à taxa de doze por cento (12%) no valor de (20 711 457\$) vinte milhões, setecentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e sete escudos perfaz o encargo total de (193 306 934\$) cento e noventa e três milhões, trezentos e seis mil, novecentos e trinta e quatro escudos o qual será integralmente suportado pela dotação do capítulo 40, programa 19, projecto 01, classificação económica 11.02.00, do orçamento da Região Autónoma dos Açores, distribuído pelos anos económicos seguintes: 1997 - quarenta e oito milhões, duzentos e sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e um escudos (48 268 741\$); 1998 - cento e quarenta e cinco milhões, trinta e oito mil, cento e noventa e três escudos (145 038 193\$).

3.^a: O regime da empreitada, quanto ao modo de retribuição, é por série de preços e. assim, as importâncias a receber pelo empreiteiro serão as que resultarem da aplicação dos preços unitários constantes da proposta do adjudicatário, para cada espécie de trabalho a realizar, às quantidades desses trabalhos realmente executadas.

4.^a: Os pagamentos dos trabalhos contratuais ao empreiteiro serão feitos por prestações mensais, mediante autos de medição dos trabalhos realizados, nos termos da legislação aplicável.

§ único: Os pagamentos de eventuais trabalhos a mais e/ou imprevistos, ao empreiteiro, serão efectuados em altura a acordar entre as partes, mas só depois da aprovação desses trabalhos e do auto de medição correspondente, dos orçamentos ou termos adicionais ao contrato, que de tais trabalhos resultarem.

5.^a: Os trabalhos constantes do presente contrato deverão ter início a partir da data do auto de consignação e estar concluídos no prazo de oito meses (8) ,contados a partir da mesma data.

6.^a: Os trabalhos deverão ser executados ao ritmo indicado no respectivo plano definitivo aprovado pelo primeiro outorgante.

7.^a: Se o empreiteiro não concluir a obra no prazo contratualmente estabelecido acrescido de prorrogações graciosas ou legais de que haja beneficiado, ser-lhe-ão aplicadas, até ao fim dos

trabalhos ou à rescisão do contrato, a multa diária estabelecida no artigo centésimo octogésimo primeiro (181.º), do Decreto Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três (405/93), de dez de Dezembro.

§ único: Se o atraso respeitar ao início da execução da empreitada, de acordo com o plano de trabalhos em vigor, aplicar-se-á, ao empreiteiro, a multa estabelecida no artigo centésimo quadragésimo quarto (144.º) do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três (405/93), de dez de Setembro.

8.ª: O prazo de garantia de todos os trabalhos que constituem a presente empreitada é de cinco (5) anos, contados a partir da data da recepção provisória ou das recepções provisórias parcelares que forem sendo efectuadas.

9.ª: Em toda a execução dos trabalhos vigorarão os salários mínimos constantes dos acordos colectivos de trabalho em vigor.

10.ª: A revisão de preços da proposta, será regulada pelas disposições do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e oito A barra oitenta e seis (348-A/86), de dezasseis de Outubro, sendo aplicável a fórmula prevista pelo item três ponto seis (3.6) das Cláusulas Jurídicas e Administrativas complementares do Caderno de Encargos. que aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos efeitos legais.

§ único: Os indicadores económicos referentes a materiais serão os publicados oficialmente no país. sendo os referentes a mão-de-obra os publicados para a Região Autónoma dos Açores, e na falta destes, os aplicados para o distrito de Évora.

11.ª: Em todo o omissso, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três (405/93), de dez de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei número duzentos e oito barra noventa e quatro (208/94), de seis de Agosto, no Decreto-Lei número trezentos e quarenta e oito A barra oitenta e seis (348-A/86), de dezasseis de Outubro, bem com na restante legislação aplicável, considerando-se integrados no presente Contrato o Caderno de Encargos, os restantes elementos patenteados a concurso, a Proposta do empreiteiro e quaisquer outros documentos que sejam referidos quer neste contrato, quer no citado caderno.

12.ª: 1. O presente contrato produz efeito a partir da concessão do «Visto» pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

2. São devidos emolumentos pelo “Visto” da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

3. Neste acto foi verificado que o adjudicatário constituiu caução definitiva na quantia de oito milhões seiscentos e vinte nove mil, setecentos e setenta e quatro escudos (8 629 774), correspondente a cinco por cento (5%) do valor da adjudicação, prestada pelo _____ em _____ de _____, de mil novecentos e noventa e sete a qual servirá para garantir o integral cumprimento deste contrato.

4. Os segundos outorgantes apresentaram certidões passadas a _____ de _____ de mil novecentos e noventa e _____ pela Repartição de Finanças de _____, comprovativa de que as suas representadas não são devedoras à Fazenda Nacional pelos referidos Concelhos, de quaisquer contribuições e impostos pelos últimos três (3) anos.

5. Pela Resolução do Conselho do Governo Regional número duzentos e quatro barra noventa e seis (204/96), de cinco de Setembro, foi autorizada a abertura de Concurso Público com vista à adjudicação desta empreitada.

6. Pela Resolução do Conselho do Governo Regional número _____ barra noventa e sete (_____ /97). de _____, foi autorizada a adjudicação desta empreitada, aprovada a minuta do presente contrato e autorizada a sua celebração.

7. Por Despacho do Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, de _____ de _____ de mil novecentos e noventa e sete, foi conferida a autorização exigida pelo número um (1) do artigo décimo nono (19.º) do Decreto Regulamentar Regional número dezoito barra noventa e seis barra A (18/96/A), de doze de Abril, relativamente aos encargos a suportar no ano económico de mil novecentos e oito.

8. Ambos os outorgantes. na qualidade em que intervêm, aceitam o presente contrato a cujo cumprimento se obrigam.

9. O presente contrato vai ser assinado por todos os outorgantes na qualidade em que intervêm e registado em livro próprio.

10. Foram testemunhas presentes,

, e

as quais, com as partes outorgantes, vão assinar o presente Contrato, celebrado perante mim, que o mandei escrever e também assino, depois de a todos o ter lido em voz alta.